

Scotiabank Brasil S.A.
Corretora de Títulos e Valores
Mobiliários

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Outras informações

A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva.

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* (“BNS”).

Agradecimentos

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Mark Suga Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Disponibilidades	4	4	33
Ativos financeiros		133.144	100.068
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	15.004	-
Títulos e valores mobiliários	6	51.227	68.448
Negociação e intermediação de valores	8	66.765	31.523
Outros ativos financeiros		148	97
Outros ativos	9	1.235	1.196
Diversos		1.235	1.196
Créditos tributários	12b	940	499
Imobilizado de uso		89	123
Imóveis de uso		8	8
Outras imobilizações de uso		231	220
Depreciações acumuladas		(150)	(105)
Intangível		269	430
Ativos intangíveis		807	807
Amortizações acumuladas		(538)	(377)
Total do ativo		135.681	102.349
Passivo			
Passivos financeiros		66.250	31.807
Captações no mercado aberto		-	400
Negociação e intermediação de valores	8	66.250	31.407
Outros passivos	10	3.952	4.342
Diversos		3.952	4.342
Obrigações fiscais diferidas	12b	8	8
Patrimônio líquido		65.471	66.192
Capital social	11	60.000	60.000
Reservas de lucros		5.815	6.197
Outros resultados abrangentes		(344)	(5)
Total do passivo		135.681	102.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		2024		2023
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		3.625	7.105	7.988
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.602	7.105	7.988
Instrumentos financeiros derivativos		23	-	-
Despesas da intermediação financeira		(17)	(17)	(9)
Operações de captação no mercado aberto		(16)	(16)	(9)
Operações de empréstimos e repasses		(1)	(1)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		3.608	7.088	7.979
Outras receitas/(despesas) operacionais		(3.714)	(7.685)	(5.747)
Receitas de prestação de serviços	19	6.848	14.837	12.522
Despesas de pessoal	20	(7.357)	(16.401)	(11.829)
Outras despesas administrativas	21	(2.447)	(4.852)	(4.753)
Despesas tributárias	22	(837)	(1.783)	(1.603)
Outras receitas operacionais		84	542	58
Outras despesas operacionais		(5)	(28)	(142)
Resultado operacional		(106)	(597)	2.232
Resultado não operacional		-	-	104
Resultado antes da tributação		(106)	(597)	2.336
Imposto de renda e contribuição social	12a	12	215	(947)
Provisão para imposto de renda		552	(3)	(712)
Provisão para contribuição social		345	(2)	(452)
Ativo fiscal diferido		(885)	220	217
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios		(94)	(382)	1.389
Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações - R\$		(1,57)	(6,37)	23,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo de 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>		<u>2023</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios	<u>(94)</u>	<u>(382)</u>	<u>1.389</u>
Itens que podem ser classificados para o resultado			
Varição no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(318)</u>	<u>(339)</u>	<u>199</u>
Títulos e valores mobiliários	(529)	(565)	332
Efeito fiscal	211	226	(133)
Resultado abrangente do semestre/exercícios	<u>(412)</u>	<u>(721)</u>	<u>1.588</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.000	240	4.568	(204)	64.604
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	199	199
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.389
Constituição de reserva legal	-	70	-	-	(70)
Constituição de reservas estatutárias	-	-	1.319	-	(1.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.000	310	5.887	(5)	66.192
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(339)	(339)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(382)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(382)	-	382
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.000	310	5.505	(344)	65.471
Saldos em 30 de junho de 2024	60.000	310	5.887	(26)	65.883
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(318)	(318)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(94)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(382)	-	382
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.000	310	5.505	(344)	65.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercícios	(94)	(382)	1.389
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)	92	(8)	1.047
Imposto de renda e contribuição social	(12)	(214)	946
Depreciação e amortização	104	206	206
Resultado com títulos de renda variável	-	-	(105)
Variação de ativos e passivos operacionais	(37.662)	15.376	(2.651)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(35.697)	16.656	(594)
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(23)	-	-
(Aumento) em outros ativos financeiros	(7)	(51)	(97)
(Aumento)/redução em negociação e intermediação de valores	(396)	(400)	121
Redução em outros ativos	292	1.165	607
(Redução) em outros passivos	(1.257)	(390)	(2.662)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	-	(400)	400
Imposto de renda e contribuição social pagos	(574)	(1.204)	(426)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais	(37.664)	14.986	(215)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(11)	(11)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(11)	(11)	-
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(37.675)	14.975	(215)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	52.683	33	248
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	15.008	15.008	33
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(37.675)	14.975	(215)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”) localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, para clientes institucionais, oferecendo a eles uma estrutura integral e “end to end” (“de ponta a ponta”) em linha com as legislações vigentes.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Grupo Scotiabank Brasil”).

A Corretora mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Banco e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* (“BNS”), com sede no Canadá.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 21 de março de 2025.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2.

Adoção de novas normas e interpretações

Normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Nas demonstrações financeiras preparadas para 31 de dezembro de 2024, as normas e interpretações a seguir, com data de adoção efetiva a partir de 1º de janeiro de 2025 e ainda não adotadas pela Corretora, incluem a Resolução CMN nº 4.966, a Resolução BCB nº 352, a Resolução CMN nº 4.975 e quaisquer normas complementares.

Em novembro de 2021, o CMN publicou a Resolução CMN nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova resolução substitui as resoluções e circulares do BACEN

que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, como a Resolução CMN nº 2.682 – que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999 – e também as Circulares nº 3.068 e nº 3.082 (emitidas pelo BACEN), aplicáveis aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

No ano de 2023, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352, sendo complementares à Resolução CMN nº 4.966, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Faculdade no reconhecimento dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou na origemação de instrumentos considerados imateriais; e
- Apropriação de receita.

Essas resoluções visam fornecer orientações mais detalhadas e abrangentes para as instituições financeiras em relação à contabilização e divulgação de informações sobre instrumentos financeiros.

Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “Somente Pagamento de Principal e Juros” (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

- i. **Custo Amortizado (“CA”)**: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- ii. **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)**: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- iii. **Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)**: ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores (acima).

A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos utilizando o método da Taxa Efetiva de Juros (“TEJ”). Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equalizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência.

Não há impactos financeiros decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 para a Corretora.

3 Descrição das Principais Práticas Contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

b. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As principais receitas referem-se à corretagem que compreendem, principalmente, serviços de colocação de títulos e valores mobiliários, e intermediação de operações em bolsas, que são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

d. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos mantidos até o vencimento”, para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e, “Títulos disponíveis para venda”, que não se

enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.

e. Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 6 alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 7, alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificadas perdas por *impairment*.

g. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social.

Com base na Resolução CMN nº 4.842, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos.

h. PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

i. Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 17).

j. Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

k. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias, ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

l. Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridos.

m. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art. 34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- (i) Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como não recorrentes estão evidenciados na nota 23.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024	2023
Disponibilidades	4	33
Moeda nacional	4	33
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.004	-
Aplicações em operações compromissadas – vendas a liquidar – posição bancada	15.004	-
Total	15.008	33

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2024		2023
	Até 3 meses	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	15.004	15.004	-
Posição bancada			
LTN	15.004	15.004	-
Total	15.004	15.004	-

6 Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Títulos disponíveis para venda

	2024				2023	
	Sem vencimento	De 6 a 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria						
LTN	-	42.185	42.185	42.713	57.668	57.658
Ações	59	-	59	105	85	105
Subtotal	59	42.185	42.244	42.818	57.753	57.763
Vinculados a operações compromissadas						
LTN	-	-	-	-	401	399
Subtotal	-	-	-	-	401	399
Vinculados à prestação de garantias ⁽ⁱ⁾						
Cotas de fundo de investimento	8.983	-	8.983	8.983	10.294	10.294
Subtotal	8.983	-	8.983	8.983	10.294	10.294
Total	9.042	42.185	51.227	51.801	68.448	68.456

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cotas de fundo de investimento assim como as ações, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

7 Gerenciamento de Riscos

Administração de risco operacional

A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo.

A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil.

Administração de riscos de mercado e liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de risco de crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Grupo.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao

gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço:
<http://www.br.scotiabank.com>.

Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária.

A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de tesouraria.

Com o intuito de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

8 Negociação e Intermediação de Valores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo circulante		
Caixas de registro e liquidação	48.755	-
Devedores - Contas de liquidação pendentes	18.010	31.523
Total	<u>66.765</u>	<u>31.523</u>
Passivo circulante		
Credores - Contas de liquidação pendentes	66.250	7.590
Caixas de registro e liquidação	-	23.817
Total	<u>66.250</u>	<u>31.407</u>

9 Outros Ativos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo circulante		
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.168	1.105
Outros impostos e contribuições a compensar	8	-
Adiantamentos e antecipações salariais	-	5
Despesas antecipadas	58	86
Subtotal	<u>1.234</u>	<u>1.196</u>
Ativo não circulante		
Despesas antecipadas	1	-
Total	<u>1.235</u>	<u>1.196</u>

10 Outros Passivos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo circulante		
Provisão para despesas de pessoal	1.326	1.318
Impostos e contribuições sobre lucros	-	1.161
Impostos e contribuições a recolher	2.092	1.381
Provisão para outras despesas administrativas	92	82
Subtotal	<u>3.510</u>	<u>3.942</u>
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	442	400
Subtotal	<u>442</u>	<u>400</u>
Total	<u>3.952</u>	<u>4.342</u>

11 Patrimônio Líquido

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

a. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

12 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(597)	(597)	2.336	2.336
Adições/(exclusões) temporárias	(35)	(35)	536	536
Outras despesas administrativas	(35)	(35)	536	536
Adições/(exclusões) permanentes	59	59	135	135
Base tributável	(573)	(573)	3.007	3.007
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	-	-	(728)	(451)
Incentivos fiscais	-	-	18	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes – (nota 10)	-	-	(710)	(451)
Créditos tributários	138	82	136	81
Passivo fiscal diferido	(3)	(2)	(2)	(1)
Total	135	80	(576)	(371)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização / reversão	Saldo em 31/12/2024
Refletido no resultado	491	602	(382)	711
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	229	-	229
Provisões indedutíveis	491	373	(382)	482
Refletido no patrimônio líquido	8	223	(2)	229
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda- ações	8	12	(2)	18
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	211	-	211
Total	499	826	(384)	940

Passivo fiscal diferido	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização / reversão	Saldo em 31/12/2024
Refletido no resultado	(3)	(5)	-	(8)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(3)	(5)	-	(8)
Refletido no patrimônio líquido	(5)	-	5	-
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(5)	-	5	-
Total	(8)	(5)	5	(8)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	594	229	823
2º ano	90	-	90
3º ano	9	-	9
4º ano	18	-	18
5º ano	-	-	-
6º ano ao 10º ano	-	-	-
Total	711	229	940
Valor presente (*)	608	200	808

(*) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada

13 Limites de Basileia e Limites Operacionais

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Conglomerado”), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia amplo do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 51,65% (25,08% em 2023), sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

14 Passivos Contingentes

A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

15 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Disponibilidades	4	33	-	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	4	33	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.004	-	3.506	42
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	15.004	-	3.506	42
Conta garantida	-	-	(1)	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	(1)	-
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/ receitas/(despesas) de prestação de serviços	-	-	767	(338)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	778	(326)
Scotiabank Colpatría (Colômbia) (Parte Relacionada)	-	-	(11)	(12)
Captações no mercado aberto	-	400	(16)	(9)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	400	(16)	(9)
Outras receitas operacionais	-	-	68	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	68	-

16 Remuneração da Administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$ 766 (R\$ 1.727 em 2023) sendo formadas por R\$ 1.283 (R\$ 1.614 em 2023) que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e pela reversão de R\$ 517 (R\$ 113 em 2023) que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

17 Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU.

Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$

284 (R\$ 322 em 2023) e a quantidade total de ações devidas é de 3.131 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 322,17 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 410 (R\$ 347 em 2023).

RSU	Saldo			
	2024		2023	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17 ⁽ⁱ⁾	-	235,60 ⁽ⁱ⁾
Devido	3.131	1.008	5.861	1.381
Provisionado	884	284	1.368	322
A provisionar	2.247	724	4.493	1.059

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

RSU	A pagar					
	Dez/2025		Dez/2026		Dez/2027	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Preço da ação	-	322,17 ⁽ⁱ⁾	-	322,17 ⁽ⁱ⁾	-	322,17 ⁽ⁱ⁾
Devido	1.344	433	1.734	559	53	16
Provisionado	315	102	516	166	53	16
A provisionar	1.029	331	1.218	393	-	-

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 4,16 reais por dólar canadense.

18 Benefícios a Empregados Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 434 (R\$ 182 em 2023).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

19 Receitas de Prestação de Serviços

São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, assim como rendas de comissão de colocação de títulos no montante total de R\$ 14.837 (R\$12.522 em 2023).

20 Despesas de Pessoal

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	4.681	10.203	7.643
Encargos sociais	1.765	3.839	2.819
Benefícios	911	1.642	1.245
Treinamento	-	717	122
Total	7.357	16.401	11.829

21 Outras Despesas Administrativas

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	1.165	2.539	2.631
Serviços do sistema financeiro	175	393	470
Aluguéis	171	401	399
Amortização/depreciação	104	207	206
Propaganda e publicidade	-	-	169
Comunicações	91	176	157
Serviços técnicos especializados	132	198	119
Água, energia e gás	31	66	64
Viagens	253	267	62
Publicações	16	32	27
Outras	309	573	449
Total	2.447	4.852	4.753

22 Despesas Tributárias

	2024		2023
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Cofins	418	878	821
ISS	342	742	627
Pis	68	143	133
Impostos, taxas e contribuições	9	20	22
Total	837	1.783	1.603

23 Resultado Recorrente e Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado da Corretora era integralmente recorrente. Em 31 de dezembro de 2023, o resultado não recorrente da Corretora foi originado de um resultado com título de renda variável no montante de R\$ 104.

DIRETORIA

Paulo André Campos Bernardo
Rodrigo Almeida Sergio
Luciana Chi

Jaques Mester
Fabio Tirolli de Sousa

CONTADOR

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6